



SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO CEARÁ
CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO
Conselho de Recursos Tributários - 2ª Câmara de Julgamento

RESOLUÇÃO nº 154 /2016

194ª SESSÃO ORDINÁRIA de: 04.12.2015.

PROCESSO Nº 1/3258/2010

AUTO DE INFRAÇÃO Nº 1/201009673

RECORRENTE: MARISA LOJAS S.A

RECORRIDO: CELULA DE JULGAMENTO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA

RELATOR: FILIPE PINHO DA COSTA LEITÃO.

EMENTA: ICMS. CRÉDITO INDEVIDO. 1. Contribuinte foi acusado de lançar de crédito indevido relativo à emissão de notas fiscais em devolução sem os requisitos básicos exigidos na legislação. 3. Julgamento singular pela parcial procedência da acusação fiscal. 4. Recurso ordinário conhecido e parcialmente provido. 5. Julgamento, por maioria de votos, pela Parcial Procedência do feito fiscal nos termos do voto do conselheiro relator e de acordo entendimento adotado pelo nobre representante da Procuradoria Geral do Estado. 6. Infringido artigo 673 do Decreto 24.569/97, penalidade disposta no artigo 123, II, "a" da lei 12.670/97.

RELATÓRIO

Trata o relato do auto de creditamento indevido infração das notas fiscais emitidas em entrada, CFOP 1202, posto que referidos documentos eram devolução de pessoas físicas, mas não respeitavam o estipulado no art. 673 do RICMS.

O Julgador Singular proferiu decisão pela parcial procedência do auto de infração, posto que a autoridade fiscal cometera um equívoco ao consignar na inicial o valor da multa

Processo nº 1/3258/2010 – Auto de Infração nº 1/201009673 – Filipe Pinho da Costa Leitão



SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO CEARÁ
CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO
Conselho de Recursos Tributários - 2ª Câmara de Julgamento

em R\$ 1000.616,60, equivalendo a duas vezes o valor do crédito tributário, quando o dispositivo penalizador prescreve multa de um valor do valor do crédito indevidamente aproveitado.

Em sede de recurso ordinário, alegou a autuante, em síntese:

- Nulidade da ação fiscal por impedimento das autoridades fiscais;
- Nulidade da decisão singular por não apreciação do pedido de perícia formulado em sede de impugnação;
- Improcedência pelo não aproveitamento indevido de ICMS em operações de devolução de mercadorias;

A ilustríssima Assessora Processual Tributária sugeriu a Parcial Procedência do auto de infração, nos mesmos termos do julgamento singular.

Na 165ª Sessão Ordinária de 03 de setembro de 2013, a 2ª Câmara afastou, por voto de desempate da presidência, a nulidade por vício no Ato Designatório e resolveu, por maioria de votos, converter o processo em perícia a fim de que se verificasse a alegação da recorrente quanto à efetiva realização das devoluções que embasaram o aproveitamento dos créditos de ICMS em discussão e, em face do Princípio da Verdade Material aplicável ao processo administrativo tributário, examinar instrumentos e mecanismos de controle interno da Recorrente, inclusive a sistemática de emissão do “Vale Troca” com anotação de dados pessoais dos permutantes, os quais, por amostragem, poderiam vir a dispor informação de que foram ou não usuários de tal procedimento adotado pela recorrente.

Contudo, a autuada não apresentou elementos probantes à Célula de Perícias e Diligências, no prazo legal, prejudicando a realização da perícia requerida pela Colenda 2ª Câmara.



SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO CEARÁ
CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO
Conselho de Recursos Tributários - 2ª Câmara de Julgamento

É o relatório.

VOTO DO RELATOR

Afastada por voto de desempate da presidência nulidade por vício no Ato Designatório, resta enfrentarmos o mérito da ação fiscal.

Quanto ao mérito, resta claro, inclusive com a medida pericial restando frustrada, que a recorrente não apresentou quaisquer documentos probatórios a fim de comprovar seus argumentos. O cerne da questão se concentra no direito ao crédito do imposto referente a operações de devolução de mercadorias. Vejamos o que dispõe o art. 62, I, do Decreto 24.569/97:

Art. 62. Fica ainda assegurado o direito ao crédito quando a mercadoria, anteriormente onerada pelo imposto, for objeto de:

I - devolução por consumidor final, na forma e nos prazos previstos no artigo 673

O legislador, com intenção clara de estipular condições pra que esse direito fosse gozado, prescreveu no art. 673 do RICMS, importante regra, in verbis:

Art. 673. Será permitido, também, o aproveitamento do crédito quando a devolução for feita por pessoa física ou jurídica não obrigada à emissão de



SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO CEARÁ
CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO
Conselho de Recursos Tributários - 2ª Câmara de Julgamento

nota fiscal, devendo a mercadoria ser acompanhada de declaração expedida pelo comprador, contendo:

I - a discriminação da mercadoria devolvida;

II - o motivo da devolução;

III - o número e data de emissão da nota fiscal originária, exceto quando a declaração for prestada na própria nota fiscal.

§ 1º No ato da entrada da mercadoria deve o vendedor emitir a nota fiscal em entrada, que, além de obedecer, no seu preenchimento, a todas as normas regulamentares pertinentes, deverá conter as indicação do número, data da emissão da nota fiscal originária e o valor do imposto relativo à mercadoria devolvida.

Como o recorrente não demonstrou tais condições, mesmo quando oportunizado em perícia, outro desfecho não pode remanescer além da aplicação do art. 123, II, "a", da lei 12.670/96.

PRINCIPAL: R\$ 50.308,30

MULTA: R\$ 50.308,30



SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO CEARÁ
CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO
Conselho de Recursos Tributários - 2ª Câmara de Julgamento

É o voto.

DECISÃO

Vistos, discutidos e examinados os presentes autos, em que são **RECORRENTE** MARISA LOJAS S.A e **RECORRIDO** CELULA DE JULGAMENTO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA. Resolvem os membros da 2ª Câmara de Julgamento do CRT, por unanimidade de votos, negar provimento aos Recursos interpostos, para confirmar a decisão **parcialmente condenatória** exarada em 1ª Instância, nos termos do voto do Conselheiro Relator e de acordo com o Parecer da Assessoria Processual-Tributária, adotado pelo representante da Procuradoria Geral do Estado. Foram votos vencidos os dos Conselheiros Samuel Aragão Silva e Antônio Luiz do Nascimento Neto, que se pronunciaram pela improcedência do feito fiscal, nos seguintes termos: *“Considerando que a prática comercial de trocas é de conhecimento notório de todos e de que o Fisco reconhece que as mercadorias em devolução são aptas para regularização do estoque da empresa, o que, no meu entender, significa a legitimação do processo de devolução adotado pela empresa e, conseqüentemente, a validade dos créditos aproveitados pelo estabelecimento, decisão esta lastreada no princípio da busca da verdade material.”* Esteve presente para para sustentação oral, o representante legal da recorrente, Dr. Thiago Mattos.

SALA DAS SESSÕES DA 2ª CÂMARA DE JULGAMENTO DO CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS, aos 30 de 03 de 2016


Alfredo Rogério Gomes de Brito
PRESIDENTE DA 2ª CÂMARA


Ubiratan Ferreira de Andrade
PROCURADOR DO ESTADO


Valter Barbalho Lima
CONSELHEIRO

Antônio Luiz do Nascimento Neto
CONSELHEIRO



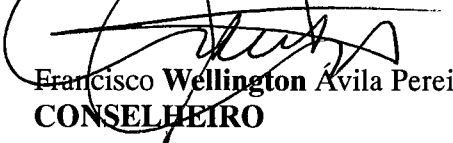
SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO CEARÁ
CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO
Conselho de Recursos Tributários - 2ª Câmara de Julgamento


Abílio Francisco de Lima
CONSELHEIRO


Filipe Pinho da Costa Leitão
CONSELHEIRO


Lúcia de Fátima Calou de Araújo
CONSELHEIRA


Agatha Louise Borges Macedo
CONSELHEIRA


Francisco Wellington Ávila Pereira
CONSELHEIRO


Samuel Aragão Silva
CONSELHEIRO